

Avanços na proteção de cheias não serão impactantes aos olhos da população gaúcha

Estado e prefeituras municipais buscam licitações e diálogo com comunidades para consolidar projetos

Cássio Fonseca
cassiof@jcrs.com.br

Resiliência e conscientização pautam o próximo ano quando se fala em prevenção de cheias. As enchentes de 2024 são uma das principais pautas do Rio Grande do Sul, que segue com suas cítrizes expostas. O que se frisa reiteradamente é que o processo de capacitação estrutural e financeira dos municípios é longo, não se resolve em um ou dois anos e precisa de continuidade

em projetos que estão em andamento ou que ainda não saíram do papel.

As cidades são responsáveis pelo seu sistema de proteção de cheias e pela recuperação das estruturas perdidas ou danificadas. Casas de bombas, diques e comportas exigem reparos e, a caminho dos dois anos da tragédia, manutenção. Cabe ao Estado capacitar as prefeituras com verbas através do Plano Rio Grande.

O secretário da Reconstrução Gaúcha, Pedro Capeluppi, fala em adaptação e frisa a importância de recuperar as estruturas. Para 2026, a principal agenda do Estado está nos quatro grandes projetos de aprimoramento do sistema.



Obras de contenção do Dique do Sarandi, na Zona Norte da Capital, devem ficar prontas no início de 2026

Na Bacia do Jacuí, cujo projeto ficou popularmente no meado como Eldorado, a atualização do anteprojeto deve ser concluída no primeiro trimestre e, posteriormente, será feito o processo de licitação do projeto executivo e da obra. "São novos diques e casas de bomba que vão implementar uma segurança que hoje não existe. É um projeto de médio e longo prazo", explica. Já no Arroio Feijó, na Região Metropolitana, será construído

um sistema de diques e macrodrenagem e, até março, ocorre a contratação para atualização de anteprojeto.

No Rio Gravataí e no Vale dos Sinos, o cronograma está em fase de elaboração técnica – um passo atrás que no Arroio Feijó – e os editais estão previstos para serem lançados em abril e maio, respectivamente. Em suma, apenas a licitação das obras de Eldorado deve ocorrer no ano que vem. Ao todo, serão R\$ 6,5

bilhões financiados com recursos do governo federal. A verba ainda abrange outros dois projetos em Porto Alegre e São Leopoldo.

Capeluppi também espera que, em 2026, seja concluído o processo licitatório e inaugurado o Centro de Gestão Integrado de Riscos e Desastres (Cegird), na Capital. O investimento, via Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs), será de R\$ 70,3 milhões e a expectativa é que o escritório esteja operando até dezembro.

Porto Alegre prevê concluir recuperação de toda a estrutura afetada em 2024

Porto Alegre teve 30% de sua área afetada e 309 equipamentos municipais totalmente ou parcialmente destruídos, com 160 mil pessoas deixando suas casas. O diretor-presidente do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae), Vicente Perrone, detalha que os pontos de maior fragilidade da cidade foram resolvidos e olha para 2026 com otimismo.

As áreas mais afetadas foram as entradas de água pela cota mais baixa, no Cais Mauá, e as duas casas de bomba no Centro – 17 e 18. Também se fechou um tamponamento na Estação de Bombeamento da Água Pluvial (Ebap) 13 no Marinha do Brasil, outro ponto inundado em 2024.

"Estamos com o contrato assinado e a ordem de serviço emitida para o fechamento de 14 tamponamentos dos condutos forçados Polônia, Assis Brasil e Álvaro Chaves e outro dentro do Marinha", relata. O prazo previsto é de seis meses. Quanto às grandes obras, o segundo trecho do Dique do Sarandi, onde houve o rompimento com a enchente, será finalizado ainda neste mês ou início de 2026.

Perrone tem a expectativa de

ter todas as comportas fechadas ou resolvidas nas primeiras semanas de janeiro. E até o final do próximo ano ou no primeiro trimestre de 2027 todas as casas de bombas serão reformadas. "Também estamos barganhando junto ao governo do Estado mais uma verba da Funrigs para as obras do dique do Areia, no bairro Anchietá, da finalização do dique da Assis Brasil e do dique da alça de acesso a Cachoeirinha, que deve ser liberada em janeiro", reitera. O valor é de R\$ 60 milhões.

Sobre os pôlderes – área protegida pelos diques –, o Dmae pretende lançar a licitação do pôlder 10, do Sarandi, até o início do segundo semestre em uma contratação integrada de R\$ 70 milhões. Além do 4 e do 5, no Quarto Distrito e regiões adjacentes, ao custo de R\$ 210 milhões cada e as licitações devem sair até o final do ano. "Nos pôlderes 12, 13, 14, 15 e 16, com macro e micro-drenagem, que abrangem toda a área Centro-Sul, temos a ideia de ter essas licitações no máximo até o início de 2027", prevê Perrone.

Já a Zona Sul da Capital segue sem um sistema de proteção de cheias. O Dmae quer em

três meses ter uma solução, que é complexa. Para fazer um sistema é preciso um anteparo do rio com a cidade e um sistema de bombeamento da água da chuva, o que dificulta a relação da comunidade com o Guaíba, que não teria mais a vista tão facilitada. "Temos que construir uma solução técnica e social para essa região e isso vai ser feito no máximo no segundo trimestre de 2026 para que, depois, o Dmae possa avançar com as obras", detalha o diretor. O diálogo com a comunidade será primordial.

A frente do Escritório de Reconstrução e Adaptação Climática, o secretário municipal do Meio Ambiente, Germano Bremm, explica que a prioridade da pasta para o próximo ano é evoluir nas obras de infraestrutura ainda faltantes. "Temos que entregar Ipanema, Lami e espaços culturais como o Paço Municipal e o Museu Joaquim Felizardo. Há algumas unidades básicas de saúde que conseguimos recuperar, mas entendemos que deveriam ser feitas melhorias", cita. São R\$ 36 milhões em contratos e 21 iniciativas em andamento.

O secretário aponta que a obra que se estende um pouco

em 2026 é a entrega do trecho 1 da Orla do Guaíba, pela escassez de recursos. O valor é de R\$ 12 milhões. No caso das Ilhas, termina em 2026 o estudo do plano urbanístico sustentável. As intervenções e obras devem ocorrer apenas em 2027. "É uma região que fica fora do sistema de proteção", explica. Foi contratada a Universidade de Delft, da Holanda, que está trabalhando especificamente nesse projeto com custo de R\$ 7 milhões.

Ademais, o governo federal assumiu o compromisso de prover moradia para quem perdeu a sua casa. A prefeitura contratou os laudos e foi a campo para identificar os principais necessitados. O projeto custou R\$ 9,37 milhões. São mais de 8 mil laudos com 4,6 mil aprovados e 3,4 mil contratados. Cada um representa uma residência. A expectativa é ter mais contratos assinados em 2026.

Ao todo, foram R\$ 892,5 milhões em recursos para reconstrução e prevenção, dos quais cerca de R\$ 634 milhões foram aportados pelo município, R\$ 228 milhões pela União e R\$ 30 milhões pelo Estado. Mas mesmo com tantos movimentos, o

professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da Ufrgs, Rodrigo Paiva, alerta para o risco do esquecimento.

Com o tempo, a sociedade costuma deixar pautas de lado por conta do imediatismo, e foi assim que o descuido com o sistema de proteção entre as décadas de 1970 e 2000, quando a série histórica de cheias baixou, potencializou os danos de maio de 2024. "É preciso, portanto, investir nas pessoas. Não adianta contratar uma obra ou uma tecnologia para resolver nossos problemas se nós mesmos não fômos melhores. São as pessoas que têm que ser mais resilientes", aponta o professor.

Paiva ainda fala sobre reconhecer o impacto das cheias e investir em medidas não estruturais – aquelas visam a melhor convivência para reduzir os impactos negativos. Isso já que, por conta das mudanças climáticas no planeta, a Região Sul do País tem a probabilidade de um evento dessa magnitude atingir uma vez a cada 10 anos. Não é uma ciência exata, e sim uma média. Assim como uma enchente pode ocorrer no ano que vem, pode ser também na década de 2040.